



ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SMA, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEXÂNIA/GO.

VIATEC ENGENHARIA LTDA - ME, com sede na Quadra 401 Sul, Avenida Teotônio Segurado, Lote 17 e Sala 404, Bairro Plano Diretor Sul, Palmas - Tocantins, CEP: 77.015-550, telefone 063 98481-0219, registrada no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas - CNPJ sob nº 18.280.003/0001-91, por intermédio de seu sócio-diretor, vem, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar a presente

CONTRARRAZÕES

Em face dos recursos das empresas:

- 1. TT Engenharia, Arquitetura e Consultoria Ambiental Ltda.**

Pelos fatos e razões abaixo elencadas:

I- DAS SÍNTESE DO RECURSO

A) TT Engenharia, Arquitetura e Consultoria Ambiental Ltda.

A Empresa Recorrente alega que, a decisão proferida pela Comissão de Licitação que gerou a sua inabilitação está baseada em interpretação equivocada.

Que tal decisão acarreta violação aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da ampla competitividade entre os licitantes e da supremacia do interesse público.

Bem como, apego à argumentação, a decisão recorrida, no mínimo apego exacerbado ao formalismo, em nítido prejuízo à competitividade no certame, esquecendo que a mesma se refere a “Técnica e Preço”.

Requer ainda que seja considerada os documentos apresentados independente de sua sequencia, considerando que os mesmos são suficientes à comprovação da qualificação técnica da recorrente como requisito de habilitação do certame.

II- DAS RAZÕES DAS CONTRARRAZÕES

Inicialmente convêm fazer alguns pontos antes de adentrarmos no quesito de contrapor as razões suscitadas pelos recorrentes.

O presente edital foi publicado dia 13 de Janeiro de 2022.

Segundo o próprio edital, as empresas interessadas poderiam ofertar impugnação e ou esclarecimentos, a fim de que, fossem esclarecidas suas dúvidas ou ainda, que fosse evitado julgamento e ou inabilitações fundados em descumprimento aos termos do edital.

Justamente pela facilidade a ter esclarecimentos, é que se percebe uma tendência em tornar a licitação menos formalista, buscando-se mais a consecução da finalidade do certame do que o cumprimento de exigências meramente formais.

No presente caso, não se observa que a empresa que agora, ora recorre, tenha se beneficiado dos institutos necessários a elucidação das dúvidas que pairavam sobre a interpretação do edital.

Tão por isso, alegam que os documentos apresentados atende as exigências do instrumento licitatório.

A doutrina e a jurisprudência pátria têm defendido a atenuação dos rigores do art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, cogitando-se o saneamento de meras falhas que não comprometam a habilitação ou a seriedade da proposta, no intuito de evitar o afastamento de licitantes que tenham condições de atender satisfatoriamente o objeto licitado, em privilégio ao princípio da competitividade, o qual é indispensável para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa ao interesse público.

O ato desproporcional e desarrazoado não pode ser suficiente para invalidar a proposta, no entanto, a comissão não pode, simplesmente, ignorar o não cumprimento dos termos do edital, a seu “bel sabor”, tendo em vista que, tal comportamento, iria desconsiderar os esforços daquelas empresas que estudaram os termos do edital, bem como, atendeu seus quesitos.

No que se refere aos ensinamentos doutrinários decorrentes das disposições contidas na vigente Lei 8.666/93, ao tratar da questão inerente à discricionariedade detida pela Administração Pública quando da adoção dos regramentos regedores do processo concorrencial, trazemos à análise a inatacável lição abaixo transcrita:

“É na determinação do conteúdo jurídico da isonomia, no dia-a-dia das licitações e contratações públicas, que surgirão as questões que o art. 3º ajudará a resolver. Ilustre-se com a aplicação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, também explicitado no art. 3º. Suponha-se que edital de licitação venha a estabelecer requisito que se revele discriminatório, de molde a impossibilitar a participação no certame da empresa que o desatenda, inobstante tal requisito não se mostrar essencial, seja para habilitar-se o licitante ou para a testar a exequibilidade de sua proposta. Em outras palavras, entre o requisito do edital e as finalidades da licitação a que se refere não se vê nexo causal. Resulta claro que a presença do **descrimento** ato convocatório almeja afastar da competição certa, ou certas, empresa, beneficiando outra, ou outras. Nessas circunstâncias, o edital há de ser desconsiderado quanto àquele requisito, porque o princípio da vinculação ao instrumento convocatório não derroga o da isonomia, devendo, antes, a ele subordinar-se.”

”A igualdade de todos perante a lei ocupava, nos textos constitucionais brasileiros anteriores, posição de permeio aos demais direitos individuais. A Carta de 1988 alterou-lhe a topografia, inserindo-a na cabeça do artigo em que arrola os direitos fundamentais. A mudança, como faz ver Celso Ribeiro Bastos : “é prenhe de significação... Na verdade, a sua função é a de um verdadeiro princípio a informar e a condicionar todo

o restante do direito... A igualdade não assegura nenhuma situação jurídica específica, mas garante o indivíduo contra toda má utilização que possa ser feita da ordem jurídica.

A igualdade é, portanto, o mais vasto dos princípios constitucionais, não se vendo recanto onde ela não seja impositiva”.

“Posta nestes devidos termos, a isonomia prescindiria de menção expressa para impor-se às licitações e contratações públicas. Mas andou bem o legislador ao incluí-la em disposição enunciativa dos princípios básicos da licitação, como que a advertir administradores e licitantes de que aqueles princípios há de ser aplicados em harmonia com o da igualdade.

Prossegue o art. 3º da Lei nº 8.666/93 definindo a finalidade de toda licitação. A definição é de caráter geral porque concerne a elemento estrutural do ato administrativo, qual seja a finalidade. A síntese de MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO é precisa e suficiente: **“Finalidade é o resultado que a Administração quer alcançar com a prática do ato. Em sentido amplo, a finalidade sempre corresponde à consecução de um resultado de interesse público; nesse sentido, se diz que o ato administrativo tem que ter sempre finalidade pública. Em sentido restrito, finalidade é o resultado específico que cada ato deve produzir, conforme definido em lei; nesse sentido se diz que a finalidade do ato administrativo é sempre a que decorre explícita ou implicitamente da lei. É o legislador que define a finalidade que o ato deve alcançar, não havendo liberdade de opção para a autoridade administrativa... Seja infringida a finalidade legal do ato (em sentido estrito), seja desatendido o seu fim de interesse público (sentido amplo), o ato será ilegal, por desvio de poder”.**

Os ensinamentos acima expostos são por demais suficientes para, aliados à disposição contida no Parágrafo 3º do artigo 31 da vigente Lei 8.666/93, possibilitar a conclusão de que fora intenção do legislador permitir aos licitantes, à data da apresentação da proposta comercial, comprovar deter a condição de interpretação exigida pelo órgão responsável pela promoção do processo concorrencial.

**Esgotamento da discricionariedade: vinculação ao instrumento
convocatório**

A Administração tem liberdade para escolher as condições sobre o contrato futuro, Porém, deverá valer-se dessa liberdade com antecedência, indicando exhaustivamente suas escolhas. Tais escolhas serão consignadas no ato convocatório da licitação, que passará a reger a conduta futura do administrador. Além da lei, o instrumento convocatório da licitação determina as condições a serem observadas pelos envolvidos na licitação. A vinculação ao instrumento convocatório complementa a vinculação à lei.

Assim, a Administração tem liberdade para escolher as condições sobre o contrato futuro, Porém, deverá valer-se dessa liberdade com antecedência, indicando exhaustivamente suas escolhas. Tais escolhas serão consignadas no ato convocatório da licitação, que passará a reger a conduta futura do administrador. Além da lei, o instrumento convocatório da licitação

determina as condições a serem observadas pelos envolvidos na licitação. A vinculação ao instrumento convocatório complementa a vinculação à lei.

Como se verá abaixo, o ato convocatório possui características especiais a anômalas. Enquanto ato administrativo, não se sujeita integralmente ao princípio da temporalidade (o ato posterior revoga o anterior). A autoridade administrativa dispõe da faculdade de escolha, ao editar o ato convocatório. Porém nascido tal ato, **a própria autoridade fica subordinada ao conteúdo dele.** Editado o ato convocatório, o administrado e o interessado submetem-se a um modelo norteador de sua conduta. Tornam-se previsíveis, com segurança, os atos a serem praticados e as regras que os regerão. *Restará margem mínima de liberdade ao administrador, usualmente de extensão irrelevante.*

Impõe-se, assim, a objetivação da decisão e da escolha do administrador. Isso significa que a lei impõe que a seleção do contratante e a definição do próprio “contrato” **sejam retiradas do plano das meras cogitações pessoais e particulares do agente administrativo que exercita a função de julgar as propostas.** Para isso, submete a escolha do administrador a um “procedimento” - ou seja, uma série ordenada e conjugada de atos, cuja secessão conduz a uma decisão final suscetível de controle quanto à racionalidade, adequação e conveniência.

A licitação não é apenas uma sucessão formal e mecânica de atos. A sucessão de atos significa a dissociação temporal e lógica dos diversos componentes da decisão do administrador.

Existe uma “especialização” em cada fase da licitação. Ou seja, em cada fase, a atenção se dirige a um certo aspecto do problema. Cuida-se de um ângulo específico da questão a ser decidida. De outro lado, cada decisão

condiciona o seguimento do procedimento licitatório. Assim, quando se define o objeto a ser licitado, está se condicionando o conteúdo do edital.

O conteúdo do edital restringe as possibilidades dos concorrentes e delimita as propostas que serão apreciadas. Daí aludir-se ao princípio da vinculação ao edital, para indicar o exaurimento da competência discricionária.

Ao produzir e divulgar o ato convocatório, a Administração exercita juízos de conveniência e oportunidade sobre o objeto a ser contratado, os requisitos de participação, os critérios de seleção do vencedor. Se a Administração identificar, posteriormente, algum defeito na sua atuação anterior, ser-lhe-á assegurada a faculdade de rever o edital - mas isso importará a invalidação do certame e a renovação da competição.

Ademais, no curso de uma licitação, é vedado alterar os critérios e as exigências fixadas no ato convocatório.

Fácil perceber a importância dos princípios regedores do procedimento licitatório, principalmente quanto ao princípio da isonomia; da legalidade e da vinculação ao edital de licitação. Toda a doutrina ao interpretar as referidas normas se posiciona no sentido de afastar qualquer tratamento diferenciado a qualquer dos licitantes inscritos, devendo o julgamento do certame dar-se de maneira objetiva e adstrito às exigências formalmente reguladas e a todos impostas.

Ademais, como sabido, o princípio da competitividade justifica-se pela busca da proposta mais vantajosa a administração, motivo pelo qual é vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustem o seu caráter competitivo.

O referido princípio deve servir, ainda, como norte interpretativo das cláusulas editalícias, de maneira a aumentar o universo de competidores.

Por esta razão, o art. 4.º, III, b, da Lei 4.717/1965 (Lei da Ação Popular), estabelece a nulidade dos editais de licitação que contenham cláusulas restritivas da competição, o que não é o caso.

A competitividade nas licitações públicas, com a implementação de ampla concorrência entre interessados, impõe a adoção de regras editalícias e contratuais que promovam a ampla participação de potenciais interessados, inclusive com a adoção de exigências que inibam a corrupção e conluios, tal como a formação de cartéis entre os participantes do procedimento licitatório.

Já o princípio da isonomia, tem profunda ligação com o princípio da impessoalidade, e significa que a Administração deve dispensar tratamento igualitário (não discriminatório) aos licitantes. A licitação deve assegurar “igualdade de condições a todos os concorrentes”, conforme dispõe o art. 37, XXI, da CRFB.

Importante ressaltar que, a isonomia pressupõe, por vezes, tratamento desigual entre as pessoas que não se encontram na mesma situação fático-jurídica (tratamento desigual aos desiguais), desde que respeitado o princípio da proporcionalidade.

Ademais, o instrumento convocatório (edital ou carta convite) é a lei interna da licitação que deve ser respeitada pelo Poder Público e pelos licitantes. Segundo o art. 41 da Lei 8.666/1993, a “Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. Trata-se da aplicação específica do princípio da legalidade, razão

pela qual a não observância das regras fixadas no instrumento convocatório acarretará a ilegalidade do certame.

Exemplos:

A obtenção da melhor proposta será auferida necessariamente a partir do critério de julgamento (tipo de licitação) elencado no edital; os licitantes serão inabilitados caso não apresentem os documentos expressamente elencados no edital etc.

Nessa esteira, considerando o recurso apresentado, que apenas tenta desqualificar os atos da r. comissão, bem como, da ausência de qualquer fator que de fato, faça jus ao deferimento de suas alegações, requer que seja mantido a decisão que desqualificar a empresa consoante a ausência de esclarecimentos, bem como, considerando que, outras empresas apresentaram os documentos de acordo com o edital, respeitando a sua vinculação.

III- DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto requer:

- a) Seja julgado o recurso de forma ISONÔMICA, com estrita observância aos princípios basilares do direito administrativo e da legislação em vigor;
- b) seja declarada a **TOTAL IMPROCEDÊNCIA** do presente recurso, mantendo esta HABILITADA para a manutenção de sua proposta no referido certame;



Nesses termos pede e espera deferimento.

FÁBIO VINICIUS DE SOUZA SANTOS

CPF. 015.877.846-45

VIATEC ENGENHARIA LTDA

CNPJ SOB Nº18.280.003/0001-91

 Telefones: (63) **98102-9247 / 98481-0219**

 Quadra 104 Sul, Avenida LO 01, Lote 17, Sala 04, Plano Diretor Sul, Palmas-TO